

O ROSTO DE JESUS DESEJADO PELO VATICANO II

Fabiola Weber, Mestre em Teologia Bíblica, pela Puc-SP, Especialista em Cultura Judaica-Cristã História e Teologia (Unifai), graduada em Teologia (Umesp), e em Comunicação Social - Relações Públicas (Umesp). Membro do grupo de Pesquisa Arqueologia do Antigo Oriente Próximo, Universidade Metodista de São Paulo (CNPQ) e do grupo Tradução e Interpretação do Antigo Testamento, Puc - São Paulo. Concentra seus estudos na área do Antigo Testamento.*

Estevão Oliveira de Souza, Religioso da Congregação de Nossa Senhora de Sion. Especialização em Cultura Judaico-Cristã, História e Teologia pelo Centro Cristão de Estudos Judaicos – SP. Possui graduação em Filosofia pela Faerpe e graduação em Teologia pelo ITESP.**

RESUMO

Dentro do grande acontecimento eclesial que foi o Vaticano II, a Igreja pode olhar para si mesma e fazer as reformas necessárias para responder e dar razões de sua fé ao mundo atual. Nessa perspectiva, apresentou uma nova forma de olhar para as relações com o judaísmo e trouxe à superfície a questão da identidade de Jesus. Essa questão, uma vez posta, exigiu respostas práticas, que podem ser dadas pela catequese, pois a Igreja deseja que as origens de Jesus, as mesmas da Igreja, não passem mais despercebida pelo povo de Deus. Com isso, nosso estudo discute os documentos, que abordam as relações da Igreja com o povo judeu e, com base no número quatro da Declaração *Nostra Ætate*, visita a caminhada da catequese com o Vaticano II, a partir dos documentos, propondo uma apresentação de Jesus no interior das raízes judaicas.

Palavras-Chave: Vaticano II, *Nostra Ætate*, Diálogo judeu-cristão, renovação da catequese.

ABSTRACT

Within the great ecclesial event that was Vatican II, the Church can look at itself and make the necessary reforms to respond and give reasons for its faith to the world today. From this perspective she presented a new way of looking at relations with Judaism and brought to the surface the question of Jesus' identity. This question once posed required practical answers, and can be given through catechesis, as the Church wants the origins of Jesus, which are the origins of the Church, to no longer go unnoticed by the people of God. With this, our study will look at the documents that talk about the Church's Relations with the Jewish people from number four of the Declaration *Nostra Ætate*, it will visit the path of catechesis with Vatican II from the documents, thus placing proposals for a presentation of Jesus within his Jewish roots.

Keywords: Vatican II, *Nostra Ætate*, Jewish-Christian dialogue, renewal of catechesis.

Considerações Iniciais

Um dos tesouros mais ricos na Igreja é a catequese, ou seja, o modo como durante esses mais de vinte séculos o mandato de Jesus Cristo, a Torah Encarnada,

* E-mail: fwfabiolaweber@gmail.com

** E-mail: oliveiraestevaosion@gmail.com

vem sendo transmitida. A rica tradição da Igreja bebeu primeiramente das fontes judaicas, berço que acolheu o Verbo Encarnado no seio da humanidade. No decorrer dos primeiros séculos, a tradição da Comunidade cristã se encontrou também com a cultura helênica e enriqueceu-se com outras fontes, expandindo-se e constituindo suas estruturas. Infelizmente parte do rosto original de Jesus, encarnado na tradição judaica se perdeu.

Olhando para o referido período, podemos constatar que:

Foi um tempo decisivo para a organização e fortalecimento da Igreja. A cultura grega ou helenística dominava o Oriente Médio (Israel, Egito e Síria de hoje) e grande parte da Europa. As duas primeiras gerações de cristãos realizaram um hercúleo trabalho de evangelização, conforme o Novo Testamento. Além de Pedro e demais apóstolos, dominam o cenário o apóstolo Paulo e seus companheiros, que, sob o ponto de vista humano e da historiografia, são considerados os fundadores ou pelo menos os consolidadores do cristianismo. (LIMA,2016, p.21).

Após a queda do Império Romano, outras culturas enriqueceram a tradição da Igreja ocidental, e a Igreja oriental continuou seguindo seu caminho. Séculos mais tarde, a Igreja impulsionada pelo Espírito Santo começou a olhar para as suas fontes e vários movimentos de renovação surgem no seio da Comunidade Eclesial. Estamos, a essa época, nos fins do século XIX e início do XX. Liturgia, Catequese, Bíblia começam a receber um influxo de renovação. A partir da grande reforma proposta pelo Papa João XXIII, no Vaticano II, a Igreja buscará mais do que um olhar extra, mas uma reflexão, olhando para dentro. Olhando para si mesma buscará encontrar as razões de sua existência que, mais do que pensar em todos os seus movimentos, a sua busca foi olhar para um nome, um personagem, que não é senão a pedra angular de toda fé (KASPER,1978, p.14). Esse personagem Jesus, foco da Cristologia, reflete acerca de sua pessoa e obra, sua natureza (O'COLLINS, 1997, p. 09-10). Só que, ao decorrer dos séculos, foi se esquecendo as origens desse grande mestre e dissociando-o da Igreja que, primeiramente, dele advém e das riquezas que suas origens trouxeram e incrustaram na comunidade primitiva e que ligou a tradição cristã à eleição prometida ao referido povo.

O Concílio impôs a tarefa de olhar Jesus dentro de sua tradição e recuperá-la para dentro da Igreja. Recuperar Jesus significa debruçar-se com a rica tradição no qual viveu, e na qual a Escritura foi escrita. A tradição viva da Igreja e seu magistério se enriqueceram, mergulhando nessa rica tradição na qual nasceu e viveu Jesus e

poder-se-á partir em busca de um diálogo que os séculos de ódio quitaram. Tal virada precisava de um lugar para começar, e se se quer mudar uma estrutura para melhor, é na base que se deve mexer e, no caso da Igreja, a base de transmissão da fé é a catequese.

A catequese, ao olhar para si, percebeu que precisava receber um influxo de renovação, revisitando o berço, onde nasceu a Comunidade Cristã. Ao mirar suas estruturas iniciais, a Igreja percebeu, ainda, a necessidade de que a catequese voltasse a ser uma questão vivida no interior da comunidade, e que se acabasse de vez com o divórcio que se sedimentou entre a apresentação oral metódica e a vivência litúrgico-ritual (LIMA, 2016, p.33). O movimento catequético foi, no interior da Igreja, um dos que mais caminharam, embora seja pouco conhecido a não ser em âmbitos especializados (LIMA, 2016, p.54). Todavia, apesar de esse novo influxo de renovação, o olhar necessário para o berço da Igreja ainda não tinha sido contemplado e foi preciso outro terrível fato, que abalou para sempre a humanidade. Esse fator não é outro senão a perseguição aos judeus durante a segunda Guerra mundial, cujo clímax se materializou na Shoah¹. Com o advento da perseguição e extermínio em massa do povo judeu, a Igreja obrigou-se a um olhar para suas relações com o povo da Aliança. A efusão que se seguiu à segunda guerra mundial, continuação dos grandes movimentos do século XIX, exigia da Igreja novas respostas. Uma das primeiras respostas acerca das relações com os judeus foi dado, em 1947, quando “65 judeus e cristãos de 19 países reuniram-se em Seelisberg, na Suíça, para expressar sua profunda consternação pelo Holocausto (Shoah) (FONSECA,2011, p.11). Na referida localidade, os participantes propuseram uma série de 10 pontos², um importante marco na promoção do diálogo

¹ A Shoah foi o massacre planejado dos judeus chamado de solução final pelos Nazistas, e que começou a ser executado a partir da década de 1940, mais precisamente no ano de 1941.

² Para uma melhor visualização e entendimento eis resumidamente os dez pontos propostos em Seelisberg: 1. A dignidade humana é inviolável e deve ser respeitada por todas as pessoas, sem distinção de raça, religião ou nacionalidade. 2. O antissemitismo é uma forma de intolerância que deve ser condenada e combatida em todas as suas manifestações. 3. Todas as pessoas têm o direito à liberdade de pensamento, consciência, religião e crença. 4. O direito à liberdade religiosa inclui o direito de praticar sua religião em particular e em público, desde que isso não prejudique a ordem pública ou os direitos e liberdades dos outros. 5. A liberdade religiosa também inclui o direito de mudar de religião ou de crença, bem como o direito de não ter religião ou crença. 6. Os governos devem garantir a igualdade de direitos e oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua religião ou origem étnica. 7. A educação deve promover a compreensão mútua, o respeito pelas diferenças religiosas e a tolerância em relação às crenças dos outros. 8. Os meios de comunicação devem ser utilizados para promover a paz, a compreensão e a cooperação entre as diferentes religiões e culturas. 9. Os líderes religiosos têm a responsabilidade de promover a paz, condenar a violência e trabalhar em prol do bem-estar de toda a humanidade. 10. A cooperação entre

entre judeus e cristãos e, também, em relação ao diálogo inter-religioso. Mesmo sendo sempre prudente nos passos que deveria dar, chegara a hora de dar uma resposta relevante para o momento e que, ao mesmo tempo, não a fizesse traidora de seus princípios. No decorrer do Concílio, alguns padres conciliares colocaram a questão acerca dos judeus, para que naquele momento único para a Igreja do século XX, ela pudesse olhar e dizer algo. O papa João XXIII foi um dos grandes nomes que impulsionou uma discussão sobre os judeus. E à medida que as discussões transcorriam apareceu a teologia de São Paulo acerca dos judeus (cf. Rm. 9 – 11). Apesar de grandes esforços, muitos na Igreja, ainda, olhavam com certo preconceito para a tradição judaica. A declaração *Nostra Ætate*, que fora impulsionada pelo papa e estava sob os auspícios do cardeal Bea³ sofreu muitas críticas e “inicialmente fora pensado como uma declaração à parte; depois se queria que junto com o texto sobre a liberdade religiosa fosse aprovado como um anexo do esquema sobre o ecumenismo; na prática, que a questão judaica fosse relegada.”(GRÜME, 2012, p.32) Os grandes bloqueadores do andamento do documento foram os árabes, face ao movimento político que ocorria na época (GRÜME, 2012, p). Apesar de todos os problemas enfrentados a Declaração *Nostra Ætate* foi aprovada, em 25 de outubro de 1965, não como havia sido pensado, inicialmente, mas como uma declaração que engloba outras religiões não cristãs. Se se olha o Concílio com cuidado, percebe-se que não é apenas na Declaração *Nostra Ætate* que se situa um novo olhar sobre as relações com o judaísmo. No n° 16 da Constituição Dogmática *Lumen Gentium* tais relações são tratadas com os judeus logo na abertura desse número, significando, assim, que a questão da existência judaica concerne à interioridade da própria Igreja (REMAUD, 2000). Apesar de ser

as diferentes religiões é essencial para a construção de uma sociedade justa, compatível e harmoniosa.

³ Cardeal Agostinho Bea, S.J. (1881 – 1968) nasceu em Riedböhringen, Alemanha, em 28 de maio de 1881. Ele entrou para a Companhia de Jesus em 1902, aos 21 anos de idade. Tinha formação em exegese bíblica do Primeiro Testamento. No período de 1924 a 1949 foi professor de Bíblia na Universidade Gregoriana e no Pontifício Instituto Bíblico, sendo reitor do segundo entre 1930 a 1949. Ajudou na elaboração de encíclicas como *Mediator Dei* e *Divino Aflante Spiritu*. Motivou traduções da Bíblia a partir do original em vez do uso da Vulgata de São Jerônimo. Foi criado cardeal em 1959 por João XXIII e se tornou próximo a este venerável pontífice. Quando se começou os preparativos para o Concílio Vaticano II, o papa encomendou ao cardeal um documento sobre os judeus. O referido documento elaborado pelo cardeal e sua comissão se tornou a famosa declaração *Nostra Ætate*. Bea foi uma figura importante no Concílio. Ele contribuiu de forma significativa para a Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina, *Dei Verbum*, de cuja comissão responsável pela sua elaboração ele foi copresidente. O papa o nomeou em 1960 como primeiro presidente para o secretariado para a promoção da Unidade entre os Cristãos. Faleceu em 1968, aos 87 anos de idade. Foi um grande impulsionador do diálogo com os judeus tendo sido no interior do Concílio o maior defensor de tal tese.

um tema importantíssimo, as declarações foram mínimas, mas a Igreja não parou e seguiu trabalhando, para que o diálogo e a fraternidade estivessem sempre em pauta.

Os documentos e o magistério papal após *Nostra Ætate*

Afora o que até aqui foi dito, não há por que se entregar ao desânimo. As pequenas declarações acerca do judaísmo caíram como uma pequena semente no meio do Concílio e de lá para cá desenvolveram-se como uma árvore. Ainda não se tornou uma frondosa árvore, contudo já se podem ver os primeiros frutos. Já no ano de 1974, o arcabouço colocado, em 1965, seja no número 16 da Constituição *Lumen Gentium* e na Declaração *Nostra Ætate* começa a tomar corpo. No referido ano, isto é, 1974 publica-se um documento denominado “Orientações e sugestões para a aplicação da Declaração *Nostra Ætate*”, no dia primeiro de dezembro. A referida orientação apresenta diretrizes em diversos âmbitos, para que se possa ter um sadio diálogo. Em primeiro lugar, ressalta-se a busca por um diálogo, que se for analisado foi praticamente inexistente e “as relações entre judeus e cristãos quando porventura houve, quase não passaram, em geral, de um monólogo” (CEDRA, 2000, p.15). Tal diálogo, que buscará ser embasado no respeito, na busca de um encontro comum, para que se encontre o que une e deixar de lado as particularidades. Também em relação à liturgia, o documento traz algumas indicações, salientando a ligação entre a oração de Israel e da Igreja. As nossas raízes estão, em parte, na tradição litúrgica de Israel, já que “na oliveira boa foi a Igreja enxertada e daí emana-se a seiva para todos o corpo eclesial.” tal como encontramos em Rom 11, 16-19. Encontra-se no referido apontes para a vida social entre judeus e cristãos que deve ser embasada na riquíssima herança do desejo que Deus tem no homem e na capacidade do homem para Deus. (CATECISMO, 1992, p. 21-22)” Ao presente artigo, interessa principalmente a reflexão e diretrizes para o ensino e a educação. Diante do ensino e educação ressalta o documento que há muito trabalho a ser feito, mas grandes avanços se têm dado. Alguns aspectos como a realidade complexa do judaísmo no tempo de Jesus com multiformes valores não devem ser esquecidos. As tradições do Primeiro e Segundo Testamentos, também, não são opostas, mas há uma completude entre ambas. O fato também de Jesus e os primeiros membros eram judeus e Ele [Jesus] se revelou aos judeus, veio para eles e, a partir deles, a

salvação se abriu, “e não se pode imputar seu processo e morte a todos os judeus que, então, viviam e nem aos judeus de nosso tempo” (CEDRA, 2000, p.18).

Na mesma linha da orientação de 1974, mas com um viés exegetico-teológico publicou-se um documento em 1985 “Para uma correta apresentação dos judeus e do judaísmo na pregação e na catequese da Igreja Católica”. No referido documento, há um maior e mais forte foco no campo da Teologia e da Exegese, na medida em que reflete sobre a relação entre o Antigo e o Novo Testamentos, revelam as raízes judaicas da fé cristã, observam as semelhanças na liturgia, especialmente nas grandes festas do ano litúrgico. Este trabalho enfoca o judaísmo tratado como assunto da pregação e da catequese na Igreja Católica. De particular interesse é o fato de que este documento faz referência ao estado de Israel, e suas opções políticas; eles devem ser considerados em uma perspectiva não religiosa em si, mas se referindo aos princípios do Direito Internacional.

O terceiro documento e final da Comissão para as Relações Religiosas com os Judeus foi apresentado ao público em 16 de março de 1998. Ele traz importantes questões acerca da *Shoah*, sob o título: “Nós recordamos: uma reflexão sobre o Shoah”. O impulso principal para este texto veio do lado judaico. Ele realiza um julgamento duro, considerando o saldo de 2000 anos de relações entre judeus e cristãos como bastante negativo, recorda a atitude dos cristãos frente ao antissemitismo do nacional-socialismo alemão e concentra-se no dever da responsabilidade dos cristãos, para lembrar a catástrofe humana, sem precedentes na História, com a Shoah (literalmente Extermínio, Catástrofe). Em uma carta, no início desta declaração, o Papa João Paulo II expressou a esperança de que este documento “realmente ajude a curar as feridas causadas por equívocos e injustiças do passado. Ele pôde permitir que a memória desempenhe o seu papel legítimo na construção de um futuro em que nunca mais a injustiça inominável do Holocausto possa ser possível novamente”.

Na série de documentos do Vaticano, publicado pela Pontifícia Comissão Bíblica, 24 de maio de 2001, um texto volumoso trata explicitamente do diálogo católico-judaico: “O povo judeu e suas Sagradas Escrituras na Bíblia cristã”. Este documento procura mostrar o rico tesouro de temas comuns no diálogo entre judeus e cristãos, que têm o seu fundamento nas Escrituras Sagradas do Judaísmo e do Cristianismo. No prefácio, o prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, o então

cardeal Josef Ratzinger, defende “um novo respeito para a interpretação judaica do Antigo Testamento”. O documento afirma duas coisas: Em primeiro lugar, que “a leitura judaica da Bíblia é possível, e que está em continuidade com as Escrituras Sagradas dos judeus do período do Segundo Templo, uma leitura análoga à leitura cristã, que foi desenvolvida em paralelo” (Cf. N° 22). Em segundo lugar, acrescenta que os cristãos podem aprender muito com exegese judaica praticada por mais de 2000 anos e, em troca, os cristãos podem esperar que os judeus também se beneficiem da investigação cristã da exegese

Um impulso grande que se deu à amizade judaico-cristã repousa no magistério papal. Antes mesmo do concílio iniciar, já era desejo de João XXIII que houvesse um grande documento sobre o Judaísmo. Já Paulo VI impulsionou a comissão para as relações com o Judaísmo, dando ao diálogo novos rumos. Sua visita a Israel em 1964 foi um marco nas relações. Seu discurso ao povo da aliança, em 5 de janeiro de 1964, ressalta em um dos parágrafos uma importante mensagem para a reconciliação e a paz:

Como peregrinos da paz, imploramos, sobretudo o bem da reconciliação do homem com Deus e da harmonia profunda e sincera entre todos os homens e todos os povos. Que Deus ouça a nossa oração, aquele Deus que tem para nós, como proclamam os Profetas, pensamentos de paz e de não aflição (Jr 29, 11) (PAULO VI, 1964)⁴

Os passos para a aproximação e reconciliação continuaram e foram sendo enriquecidos a cada pontificado. João Paulo II, no primeiro ano de seu ministério visita o campo de concentração e vai à sinagoga de Roma, em 1986. Em 1993, expressa o direito dos judeus de voltar à sua terra natal e, em 1993, promoveu o reatamento das relações diplomáticas entre Israel e a Santa Sé. Quando da sua visita a Israel, no último dia de sua peregrinação, foi ao Kotel (Muro das Lamentações), colocando, entre suas pedras milenares, a seguinte mensagem: "Deus de nossos pais, escolheste Abraão e seus descendentes para levar Teu nome às nações. Estamos profundamente tristes com o comportamento daqueles que, ao longo da História, fizeram sofrer esses Teus filhos..." De forma semelhante, na visita

⁴ Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19640105_peuple-alliance.html>. Acesso em: 15 de junho de 2023.

ao memorial Yad Yashem, rezou pelas vítimas da Shoah, encontrou sobreviventes e o rabino chefe de Jerusalém.

Na mesma esteira, o papa Bento XVI caminhou, já antes de ser eleito papa e buscou mostrar a relação que o primeiro Testamento tem com o Segundo na sua grande obra sobre Jesus de Nazaré. Na sua visita à Sinagoga de Roma faz uma brilhante síntese dos reais motivos de toda espécie de discriminação contra os judeus e contra a humanidade:

A doutrina do Concílio Vaticano II representou para os católicos um ponto decisivo de referência constante na atitude e nas relações com o povo judeu, abrindo uma nova e significativa etapa. O evento conciliar deu um impulso decisivo ao compromisso de percorrer um caminho irrevogável de diálogo, de fraternidade e de amizade, caminho que se aprofundou e desenvolveu nestes quarenta anos com passos e gestos importantes e significativos. . . a Igreja não deixou de condenar as faltas de seus filhos e filhas, pedindo perdão por tudo que pode favorecer de algum modo as chagas do antissemitismo e do antijudaísmo. Possam essas chagas sararem definitivamente! (RIBEIRO, 2019, p. 52-23)

Com o Papa Francisco, o diálogo já vinha sendo mantido, desde que ele era arcebispo de Buenos Aires, em especial com o Rabino Abraham Skorka. Os dois, inclusive, publicaram um livro juntos, em 2010, cuja tradução aqui apresentada é de 2013⁵.

A catequese fundamentada no Concílio Vaticano II

Na esteira da declaração conciliar e dos documentos, muitas reflexões importantes foram feitas, mas o que diz o concílio acerca da catequese? É preciso revisitar alguns movimentos pré-conciliares e decisões conciliares, para entender um pouco do que se diz da catequese para e verificar que, nesse campo, muitas mudanças também foram feitas.

Durante cerca de quatro séculos, o método de transmissão da fé foi com base em manuais. As dissonâncias entre a fé e a ciência que avançava a passos largos, os diversos movimentos pela emancipação do homem causaram uma grave ruptura entre a Igreja e a sociedade moderna e somente com o impulso vindo do concílio tal diálogo foi retomado. As referidas rupturas assinalaram também vários movimentos no interior de algumas tradições na Igreja, que corriam o risco de se estagnarem em

⁵ Cf. Francisco, Papa, 1936- Sobre o céu e a terra / Jorge Bergoglio, Abraham Skorka; tradução Sandra Martha dolinsky. — 1a ed. — São Paulo: Paralela, 2013.

atitudes, que impediam a ação evangelizadora da própria instituição e a própria tradição eclesial, viva de se atualizar correndo risco de ficar engessada em conceitos ultrapassados.

O movimento catequético no início do século XX buscou pensar uma catequese, que respondesse às perguntas e aos anseios à Igreja. Pensou-se, ainda, qual era a identidade da catequese e buscou-se um mergulho às suas fontes, na igreja primitiva.

Por meio de um movimento catequético querigmático passou-se do catecismo para a catequese, da tradicional instrução religiosa para a ação catequética, mais respeitosa da densidade existencial da Palavra de Deus e da resposta do catequizando ao apelo da fé. Considerando as verdades ensinadas no catecismo, que, por muito tempo, eram decoradas com intuito de apenas saber, o depósito da fé presente nos manuais passa a ser transmitido de forma a atingir a vida do crente, desde o batismo.

O impulso iniciado com o movimento foi levado ao concílio vaticano II que discutiu e produziu importantes documentos para a caminhada da Igreja e, de fato, antecipou o que seria dito em 2007 na conferência de Aparecida “abandonar as ultrapassadas estruturas, que já não favoreçam a transmissão da fé” e um forte apelo à “conversão pastoral e à renovação missionária”(CELAM, 2007,pp.365-372) A referida profundidade do concílio pode ser vista nos seus 16 documentos. Como encontramos apontado por Lima:

Basta citar a profunda reforma litúrgica (*Sacrosanctum Concilium*), a mudança na concepção de si mesma como Igreja (*Lumen Gentium*) e de seu papel e missão no mundo de hoje (*Gaudium et Spes*), sua visão renovada da Revelação (*Dei Verbum*) e de ecumenismo (*Unitatis Redintegratio*), a revisão e renovação do direito canônico (*Christus Dominus*), fruto do próprio Concílio, ou mesmo a forma de proceder da dinâmica do próprio Concílio: aí os bispos tornaram-se responsáveis pelo conjunto da Igreja, e não só de suas dioceses, e passaram a deliberar colegialmente, com toda a liberdade, em comunhão com o papa, sem, entretanto, se sentirem subordinados aos dicastérios romanos.(LIMA, 2016, p. 70 - 71)

Todas as mudanças influíram de uma forma ou outra na realidade da pregação e da catequese, pois elas “sempre ocupam o primeiro lugar” entre os meios de anunciar a doutrina cristã (VATICANO II, 2015, p.411); todavia, a realidade da catequese não foi tratada em um documento particular no Concílio. Na dinâmica dos documentos gestados e gerados no Vaticano II, a catequese estará presente de

forma direta e indireta, e o desejado aprofundamento será posto em dia em um dinamismo pós Vaticano II.

O contributo trazido pelo Concílio Vaticano II não repousa tanto nos documentos conciliares, mas em todo o conjunto eclesial tocado pela renovação pretendida, desde a sua convocação em 1959, a partir de grande embasamento bíblico, teológico e pastoral.

Lançando um olhar sobre o Decreto *Christus Dominus*, vemos que ele traz um método de propor a Doutrina Cristã sempre com base no múnus episcopal de ensinar. Lê-se no Decreto: “zelem os bispos, para que os catequistas sejam perfeitamente preparados para a sua missão, conheçam cabalmente a doutrina da Igreja e aprendam na teoria e na prática as leis da psicologia e as disciplinas pedagógicas” (VATICANO II, 2015 p. 412). Há, ainda, no Decreto a prescrição da elaboração de um diretório de instrução catequética do povo cristão (VATICANO II, 2015 p. 435) O referido Diretório Catequético Geral veio à luz na Páscoa de 1971.

Em *Christus Dominus* lançam-se as bases para se criar um diretório e, ainda, que tão grande tesouro da Igreja seja cuidado com esmero. O que ocorre é que a catequese é interligada a todo o organismo eclesial como são as veias ao corpo humano, levando e mantendo a vida pulsante. Ora, na Igreja a catequese não só se aprende, mas ela é celebrada com alegria na liturgia. Dessa forma, a Declaração *Gravissimum Educationis* busca um vínculo entre a catequese e a Sagrada Liturgia:

No cumprimento de sua tarefa educativa, a Igreja se interessa com todos os meios aptos, sobretudo com aqueles que lhe pertencem; o primeiro dos quais é a instrução catequética que ilumina e fortalece a fé, alimenta a vida segundo o espírito de Cristo, leva a uma participação consciente e ativa no mistério de Cristo e impele à ação apostólica. A Igreja aprecia muito e procura penetrar e elevar com o seu espírito também os restantes meios, para cultivar as almas e formar os homens, como são os meios de comunicação social, as múltiplas organizações culturais e desportivas, os agrupamentos juvenis e, sobretudo, as escolas (VATICANO II, 2015 p. 487)

Da mesma maneira que *Ad Gentes* e *Christus Dominus*, o Diretório Geral para a Catequese em sua segunda e atual edição coloca a catequese dentro de um amplo quadro, como nos primeiros séculos do cristianismo, na iniciação cristã, ou seja, no catecumenato. A publicação do Catecismo da Igreja católica também trouxe grande impulso, fruto do pontificado de João Paulo II.

O concílio também ordena que haja a restauração do catecumenato, e tal realidade é posta no seio da reforma litúrgica. Em seu capítulo III, a Constituição *Sacrossantum Concilium* reza:

Restaure-se o catecumenato dos adultos, com vários graus, a praticar segundo o critério do Ordinário do lugar, de modo que se possa dar a conveniente instrução a que se destina o catecumenato e santificar este tempo por meio de ritos sagrados que se há de celebrar em ocasiões sucessivas (VATICANO II, 2015 p. 285)

Esse tempo propício de instrução e catequese que o concílio propõe encontra-se enriquecido no *Decreto Ad Gentes* que ressalta, nos números 14 e 17, que se faça uma digna preparação e que os catequistas sejam formados segundo a doutrina da Igreja. E é grande o olhar que a Igreja tem pelo catecumenato, pois dentro de seu processo catequético, a vida Cristã encontra o seu *humus* e lugar para exercer sua missão mistagógica e iniciação cristã.

Já na Constituição *Dei Verbum*, aponta-se que a exposição da Palavra de Deus transmitida pelo catequista não são apenas ideias ou verdades, mas é a própria pessoa de Deus que é transmitida, e todos somos convidados a viver e transmitir essa verdade, como encontra-se em seu epílogo, principalmente em seu número 25. A pedagogia da catequese deve ser a mesma pedagogia de Deus, ou seja, a fé se transmite por fatos, acontecimentos e no olhar para aquele que veio em nome da Trindade.

Um grande trabalho: uma catequese com rosto de Jesus Judeu.

Viu-se que a história do século XX foi marcada por diversos acontecimentos, não sendo exagerado o epíteto “o século dos extremos: o breve século XX”⁶ Dois acontecimentos no referido século tiveram uma forte influência no modo como o Judaísmo era visto. O primeiro fato e já aqui mencionado foi a catástrofe perpetrada pelos nazistas: Shoah. O segundo evento embora decorrido do primeiro é visto como um ocorrido positivo e aconteceu em 1947, que passou à história como conferência de Seelisberg. As duas ocorrências na história, sem sombra de dúvida, tiveram um grande impacto sobre o concílio Vaticano II, já na ante porta de sua

⁶ A referida obra é de autoria do historiador britânico Eric Hobsbawn (1917 – 2012) onde a premissa principal é que os acontecimentos de um século, aconteceram em apenas 77 anos no século XX sendo que a maioria dos acontecimentos foi embasado em terror e catástrofes.

convocação em 1959, quando o historiador judeu Jules Isaac⁷ em uma audiência com o Papa João XXIII pede que se passe do ensino do desprezo para o ensino do apreço.

Como a história bem nos apontou, e a tecnologia já bem avançada, àquela época, o concílio ficou registrado não só nos anais, mas em gravações radiofônicas, televisivas e fotográficas; assim, pudemos perceber a força impactante que o *aggiornamento* conciliar trouxe para a Igreja no mundo. No interior das relações entre judeus e cristãos, a Declaração *Nostra Ætate* criou uma onda, passando do desprezo à estima, dentro e fora da Igreja, fazendo-a arrancar a venda, que a impedia de olhar para suas raízes e perceber que, nas suas fontes eclesiais, o Judaísmo é um componente essencial.

Todos os campos onde toca a Igreja sofreram impulsos. Assim, a porta de entrada para os membros também precisava ser reformulada, tendo em vista aquilo que a Igreja é em realidade, de onde saiu e para onde ela caminha. O pó milenar do preconceito, do tradicionalismo, fundamentalismo, da autossuficiência e auto referencialidade já havia sido espanados, pelo menos por cima, nas quatro seções e dezesseis documentos que estavam prontos para execução, mas ainda há muito preconceito e resistência escondidos.

Era hora de pôr em prática. Em primeiro pensar que já desde as bases da catequese deveria se apresentar Jesus como nascido do povo eleito, e que desse povo se prende “o vínculo pelo qual o Novo Testamento está ligado à estirpe de

⁷ Jules Isaac foi um historiador e ativista francês nascido em 1877 e falecido em 1963. Ele é conhecido por seu trabalho em relação ao antissemitismo e por seu papel na reconciliação entre judeus e cristãos. Nascido uma família judaica e dedicou grande parte de sua vida ao estudo da história judaica e ao combate ao antissemitismo. Durante a Segunda Guerra Mundial, ele e sua família foram vítimas do Holocausto, com sua esposa e filha sendo deportadas e mortas pelos nazistas. Após a guerra, Isaac se dedicou a promover a compreensão e a reconciliação entre judeus e cristãos. Ele acreditava que o antissemitismo era resultado de séculos de ensinamentos e interpretações errôneas do Novo Testamento, que retratavam os judeus como responsáveis pela morte de Jesus Cristo. Em 1947, Isaac participou da Conferência de Seelisberg, na Suíça, onde foram formulados os Dez Pontos de Seelisberg, que buscavam combater o antissemitismo e promover a tolerância religiosa. Isaac foi um dos principais defensores desses pontos, que se tornou uma referência importante na luta contra a discriminação religiosa. Além disso, Isaac escreveu vários livros sobre o tema do antissemitismo e da história judaica, incluindo "L'Enseignement du Mépris" (O Ensino do Desprezo), no qual ele analisou as raízes históricas do antissemitismo cristão. Jules Isaac deixou um legado importante, tanto como historiador quanto como ativista. Seu trabalho contribuiu para a conscientização sobre o antissemitismo e para a promoção do diálogo e da reconciliação entre judeus e cristãos. Sua luta contra o preconceito e a discriminação continua sendo relevante até os dias de hoje.

Abraão” (VATICANO II, 2015 p.622) Essa ligação, como já dito, obriga à Igreja a olhar que sua origem se prende a um povo. Se se presta bem atenção, toda a Igreja nascente era judaica. De Jesus à sua Mãe. Dos apóstolos e vários discípulos. Há, portanto, como disse João Paulo II, uma relação “intrínseca” entre o Judaísmo e o Cristianismo.

Em termos concretos, o Concílio com seus documentos propõe que seja posta uma séria formação para todos que transmitem ensinamentos no interior da Igreja. Uma vez que aconteça uma séria formação, contemplando o concílio com toda sua riqueza, passar-se-á ao nível de elaboração de materiais próprios para se apresentar o verdadeiro rosto de Jesus.

Com base nas diretrizes dadas pelo concílio, propôs-se que a Igreja comece a trabalhar, e em muitos lugares iniciam-se avanços. No documento de Puebla, já se fazem menções acerca do judaísmo, fomentando um mútuo conhecimento, que só pode ser ministrado pela catequese, formações e estudos. A Igreja do Brasil, em 1983, se dirige à Comissão Nacional do Diálogo Católico-Judaico e pede que se elaborem diretrizes para o relacionamento com os judeus, referenciando aspectos importantes a serem observados, tal como se lê no número 7, em que exorta a todas as Igrejas locais que, na catequese e na liturgia, evitem juízos desfavoráveis em relação a nossos irmãos judeus. A conferência de Santo Domingo, de 1992, pede que se olhe com carinho para os nossos irmãos judeus. De fato, o catecismo em diversos números suplica para que se olhem os judeus com um olhar diferente e recorda-nos ser justo e necessário colocar em prática esse diálogo e assumir atitudes de fraternidade.

O que se há de fazer é buscar recuperar a imagem de Jesus a partir de seu ser judeu. Uma vez que se cumpra tal prerrogativa, talvez, a distância fique menor. Isso, como já dito em outros momentos desse artigo deve ser feito pela catequese. Contudo, para se ter uma boa catequese eclesial, é necessário, primeiramente, que aqueles que estão à frente das paróquias, dos seminários, centros catequéticos e universidades sejam bem preparados. E o primeiro passo é conhecer os documentos fundamentais. O último documento lançado pela Comissão para as Relações Religiosas com o Judaísmo, cujo título “porque os dons e o chamado de Deus são irrevogáveis”, conforme encontramos na carta de Paulo aos Romanos 11, 29, coloca ao exame da Igreja as reflexões, que podem ser feitas 50 anos depois, e que seguem válidas para nosso exame hoje. A especificidade do documento se

encontra na valorização do diálogo entre judeus e cristãos. A referida valorização se encontra nas raízes judaicas da Igreja, no fato de Jesus ser judeu e de toda a tradição que a Igreja bebe do referido povo, simbolizada na bela imagem do ramo enxertado, que recebe da boa oliveira sua seiva. Isso coloca o Judaísmo numa situação especial em relação ao diálogo inter-religioso, no diálogo entre irmãos, que buscam olhar um para o outro. Nem sempre houve tal consciência e na história a teoria da substituição contribuiu com uma teologia negativa. Segundo essa teoria, Israel havia sido substituído pela Igreja. Conseqüentemente, perdera suas promessas. Entretanto, Israel segue como filho predileto de Deus, e cabe ao Eterno os insondáveis desígnios.

Quando falamos de desígnios, põem-se um problema também pertinente à salvação, e como tal fato se dará, tendo em vista a irrevogabilidade dos dons dados por Deus. Se o povo de Deus que é Israel segue eleito, então, há neles uma via de salvação na Torah, palavra dada por Deus. E se em Jesus fomos enxertados e recebemos essa eleição nele também somos salvos, pois ele é a Palavra encarnada. O documento apresenta em seu número 24 um avanço considerável, apontando sobre o judeu, que observa a Torah, tem a vida plena e toma parte na comunhão com Deus; já os cristãos se voltam para o Cristo como fonte de vida nova. O referido ponto, inclusive, se fundamenta em um pronunciamento do Papa Francisco que afirmou:

As Confissões cristãs encontram a sua unidade no Cristo; o judaísmo encontra sua unidade na Torah. Os cristãos acreditam que Jesus Cristo é a Palavra de Deus feita carne no mundo; para os judeus. A Palavra de Deus está presente principalmente na Torah. As duas tradições de fé têm como fundamento o único Deus, o Deus da Aliança, que se revela aos homens através da sua Palavra. Na busca de uma atitude justa em relação a Deus, os cristãos dirigem-se a Cristo como nascente de vida nova; os judeus, ao ensinamento contido na Torah. (COMISSÃO PARA AS RELAÇÕES RELIGIOSAS PARA O JUDAÍSMO, 2015, p 25)

O passo que o documento principiou a dar, ao falar de duas vias que conduzem à salvação, imediatamente, existe um retrocesso no número posterior em que se afirma que há uma via única de salvação, e que é dirigida a todo homem. Onde se encontrariam judeus e cristãos na única via que se abre em Cristo? Uma possível resposta é que a palavra Torah pode abrir-se ao evento Cristo, a partir do termo *dabar*, cujo significado é “seja a palavra que o evento”, sugerindo, assim, tal abertura. A discussão é complicada e vale ser levada adiante, pois a imagem do

Jesus Judeu só se firmará, quando se coloca os olhos no documento *Nostra Ætate* e fazer uma revisão profunda de termos teológicos, aprofundar-se nos documentos já publicados e houver uma melhor preparação pastoral.

Todas as ferramentas estão postas e, para além de tudo isso, há na Igreja um carisma específico que, a partir da centralidade da palavra de Deus, medita e mergulha em ambas as tradições judaica e cristã, trazendo toda a riqueza que daí se pode tirar. Tal carisma, dado à Igreja e carregado pela Congregação dos Religiosos de Nossa Senhora de Sion, oferta grande riqueza pela formação, catequese e cursos em que é apresentado o rico universo das tradições judaicas e suas relações com a tradição cristã. A referida Congregação desenvolve um imenso trabalho na área da educação e do diálogo constante. O Centro Cristão de Estudos Judaicos (CCDEJ), situado em São Paulo, semestralmente oferece cursos e meios de formação, para se entender melhor o entrelaçamento da tradição judaica e cristã, além de diversas publicações. Os livros publicados pelo CCDEJ em parceria com a editora *Fons Sapientiæ* nos trazem diversas obras com a referida temática. Um dos livros importantíssimos para poder se avançar em um diálogo que dê frutos nos é *Jubileu de Ouro do diálogo católico-judaico: primeiros frutos e novos desafios*. No referido livro, percorrem-se os principais momentos dessa histórica relação, começado com a carta magna do diálogo católico judaico, isto é, a Declaração *Nostra Ætate*, até os últimos documentos.

Considerações finais

A conclusão ao qual se pode chegar é que há uma urgente necessidade de que as Igrejas locais, sempre em comunhão com a Escritura, Tradição e o Magistério da Igreja busquem na comunidade eclesial aqueles que estão aptos a ministrar formações, cursos, para auxiliarem na preparação de materiais catequéticos que possam apresentar Jesus em seu contexto real de judeu do século primeiro, imbuído de todo o contexto no viveu e toda a riqueza daí decorrente. Nesse sentido, chega-se a uma melhor compreensão da mensagem de Jesus, apoiada pela realidade de seu tempo, que recupera e favorece princípios como igualdade, fraternidade, baseada na escuta atenta da Palavra de Deus, que nos orienta a amar a Deus e ao próximo. Dessa forma, não se encontram motivos, que possam sustentar algum tipo de preconceito ou ódio racial. Por isso, é tarefa urgente

da catequese uma nova visão acerca do Judaísmo, a religião de Jesus, rompendo com toda forma de antissemitismo e antijudaísmo.

Referências

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA - Edição Típica Vaticana. 9º Edição. São Paulo: Loyola, 2000.

CEDRA. **Diálogo da Igreja com o Judaísmo**. Documentação Básica. 4 ed. São Paulo: Casa da Reconciliação, 2000.

CELAM. **Documento de Aparecida**. Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe. 2. Ed. São Paulo: Paulus/Paulinas; Brasília: Edições CNBB, 2007.

COMISSÃO para as relações com o Judaísmo. “Porque os dons e o chamado de Deus são irrevogáveis” (cf. Rm 11,29) Reflexões sobre questões teológicas atinentes às relações católicas judaicas por ocasião do 50º aniversário da Nostra Ætate (n.4). Brasília: Edições CNBB, 2016.

COMPÊNDIO DO VATICANO II. Constituições, decretos e declarações. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

FONSECA, Gisa (org.). **Os Doze pontos de Berlim**: A História da Transformação de um Relacionamento. São Leopoldo: Oikos, 2011.

GRÜME, Bernhard. Ainda não realizada Nostra Ætate e suas perspectivas para uma visão cristã do cristianismo. In: **Revista Telecomunicações v.43, n.1**, 2013.

JOÃO PAULO II. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000

KASPER, Walter. **Jesus o Cristo**. São Paulo: Sigueme, 1978.

LIMA, Luiz Alves de. **A catequese do Vaticano II aos nossos dias**: A caminho de uma catequese a serviço da Iniciação à Vida Cristã. 1 ed. São Paulo: Paulus, 2016.

O'COLLINS, Gerald. **Cristologia**: Uno studio biblico, storico e sistematico su Gesù Cristo. Brescia: Queriniana, 1997.

PAULO VI. **Discurso al Señor Salman Shazar**, Presidente de la República de Israel Meggiddo, domingo 5 de enero de 1964 https://www.vatican.va/content/paul-vi/es/speeches/1964/documents/hf_p-vi_spe_19640105_peuple-alliance.html.

Acesso em: 15 de junho de 2023.

REMAUD, Michel. **Chrétiens et Juifs entre le passé et l'avenir**. Bruxelles : Lessius, 2000.

RIBEIRO, Donizete Luiz & RAMOS, Marivan Soares (Orgs.), **O jubileu de ouro de Nostra Aetate**. Primeiros frutos e novos desafios. São Paulo: Edições Fons Sapientiæ, (coleção judaísmo e cristianismo) 2016.